

Assessoria  
Técnica  
Independente  
ATI 39

**NACAB**  
NÚCLEO DE ACESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS

*QUANDO A TERRA FALA:  
A memória ancestral da comunidade  
de Passa Sete*

*VOL. I*



*Conceição do Mato Dentro - MG  
2025*

**RELATÓRIO TÉCNICO**  
**QUANDO A TERRA FALA: A MEMÓRIA ANCESTRAL DA**  
**COMUNIDADE DE PASSA SETE**  
**VOL. I**

Conceição do Mato Dentro

2025

## **CORPO TÉCNICO RESPONSÁVEL**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CARGO</b>
Beatriz Ribeiro Machado	Antropóloga, Me.	Analista Multidisciplinar II
Karine de Jesus Santos	Arquiteta, Esp.	Analista Multidisciplinar II
Paula Andréia de Jesus Brito	Bacharela em Humanidades	Analista Multidisciplinar II

## **COORDENAÇÃO E REVISÃO**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CARGO</b>
Ana Paula Rocha	Engenheira Ambiental, Me.	Coordenação Reassentamento
Hellen Margarida Silva	Bacharela em Direito	Coordenação Territorial
Roberto Geraldo de Figueiredo	Advogado e Sociólogo, Esp.	Especialista Jurídico Sênior

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	5
<b>3. MEMÓRIA COLETIVA DE PASSA SETE: HISTÓRIAS, MODOS DE VIDA E TRADIÇÕES EM RISCO DE DESAPARECIMENTO</b> .....	6
3.1. Dados Sociodemográficos .....	6
3.2. Conflitos.....	10
3.3. História Oral e os Rastros do território .....	12
3.4. Métodos Construtivos Tradicionais – Pau –A Pique .....	19
3.5. Sociabilidade, Parentesco e Religiosidades .....	25
3.5.1 <i>Festas e Sociabilidades</i> .....	25
3.5.2 <i>Parentescos</i> .....	26
3.5.3 <i>Rezas e benzimento</i> .....	32
3.5.4 <i>Benção da carne quebrada</i> .....	35
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>ANEXO I – Questionário Semiestruturado</b> .....	39
<b>ANEXO II – Diagrama Familiar Água Santa/Mumbuca   Taporôco</b> .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Diante de um processo iminente de transformação estrutural, motivado pela necessidade de realocação de famílias situadas a jusante da barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio da Anglo American, uma das maiores empresas minerárias do país —, o registro memorial assume um papel crucial. Mais do que um simples levantamento, ele se configura como um documento histórico, possivelmente o último retrato da realidade atual das comunidades antes que as mudanças se concretizem.

As comunidades da Zona de Autossalvamento (ZAS)<sup>1</sup> do Projeto Minas-Rio serão reassentadas por um projeto de responsabilidade da empresa Anglo American. Além de Passa Sete, as comunidades de São José do Jassém, Beco e Água Quente também deverão ser realocadas. Segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), todas essas comunidades são elegíveis à categoria de remanescentes de quilombo e possuem um acervo histórico documentado em estudos prévios (CEDEFES, 2021) com indicativo para a tradicionalidade, porém ainda não certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

É importante destacar que o levantamento apresentado neste documento abrange tanto o patrimônio material quanto o imaterial, entendendo-os como dimensões indissociáveis da cultura. Os bens materiais não existem isoladamente; são os costumes, rituais, crenças, modos de vida e práticas comunitárias que lhes conferem significado e relevância social. O patrimônio imaterial se manifesta nas festividades, tradições, formas de expressão, saberes ancestrais e modos de fazer, elementos que dão vida, sentido e continuidade aos bens materiais, fortalecendo a identidade e a memória coletiva das comunidades.

Nesse contexto, o levantamento historiográfico presente traz o caso da comunidade de Passa Sete e suas famílias que resistiram no território ao longo dos anos de convivência com a mineração de minério de ferro como vizinha. A comunidade, localizada na ZAS, pode ser devastada em minutos caso haja rompimento. Por isso, o medo de desastres como em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) fez com que a maior parte dos moradores se mudasse de lá. Entretanto, esse documento trata das famílias que resistiram e permaneceram no território até o limite do reassentamento compulsório. As moradias que agora serão reassentadas farão parte

---

<sup>1</sup> A definição de Zona de Autossalvamento (ZAS) é a região a jusante da barragem. Portanto, a partir do ponto de referência da barragem, considera-se toda a região localizada no vale abaixo da barragem definida em mapa de inundação. Observa-se que é somente a região do vale em que não há tempo suficiente para intervenção da autoridade pública competente de atuar em situação de emergência (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2024).

dos ativos da Anglo American e a comunidade se dissipará entre as escolhas do reassentamento coletivo urbano ou rural ou mesmo individual, onde as famílias poderão comprar suas novas casas em outras localidades.

Este relatório, portanto, busca contribuir para a preservação da memória coletiva da comunidade de Passa Sete em vias de “deixar de existir”, a partir da valorização da história oral narrada pelos próprios moradores desta localidade, a fim de registrar, por meio de suas vozes e experiências, o cotidiano, as tradições, os modos de vida e as referências culturais que moldaram essa comunidade ao longo de gerações.

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, estruturada em três etapas principais: (i) análise de dados preliminares, (ii) realização de entrevistas semiestruturadas e (iii) construção de histórias orais. Tal abordagem visa registrar as histórias e processos de construção da memória ancestral da comunidade de Passa Sete a ser reassentada em função da ampliação do Projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro – MG.

Na primeira etapa, foi realizada uma análise de dados preliminares (socioeconômicos e demográficos) a partir de documentos com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo e orientar a construção do roteiro das entrevistas. Essa análise incluiu documentos institucionais, relatórios técnicos, notícias em jornais, registros públicos e outros materiais relevantes que permitiram identificar temas-chave e padrões iniciais. Conforme Flick (2009), a análise preliminar de documentos e dados secundários permite uma compreensão inicial do campo e contribui para o delineamento mais eficaz das estratégias de coleta de dados primários.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas (ANEXO I), com base em um roteiro flexível que orientou a conversação sem limitar as possibilidades de aprofundamento espontâneo. Essa técnica é especialmente adequada para acessar representações sociais, percepções e significados atribuídos pelos participantes às suas vivências (Minayo, 2012). As entrevistas foram gravadas com autorização prévia e posteriormente transcritas para análise.

Por fim, a terceira etapa envolveu a construção de histórias orais a partir das entrevistas realizadas. A história oral, enquanto método, privilegia a memória como forma legítima de conhecimento e busca compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua trajetória de vida e à coletividade à qual pertencem (Alberti, 2013). A abordagem adotada está alinhada com a

perspectiva da história oral temática, em que o foco recai sobre experiências específicas, relacionadas ao contexto investigado. Nesse sentido, como aponta Halbwachs (2006) “*a memória individual se constitui a partir do apoio da memória coletiva, que fornece os quadros sociais nos quais as lembranças ganham sentido*” (p. 37). O trabalho de história oral a partir de metodologias qualitativas se mostra eficiente junto a comunidades que possuem trajetória ancestral negra onde essa dinâmica do “aprender enquanto se fala e se faz” é recorrente. Ao longo deste trabalho foi possível reorientar informações sobre os antigos moradores e as histórias e vivências daqueles que ali habitam há tantas gerações.

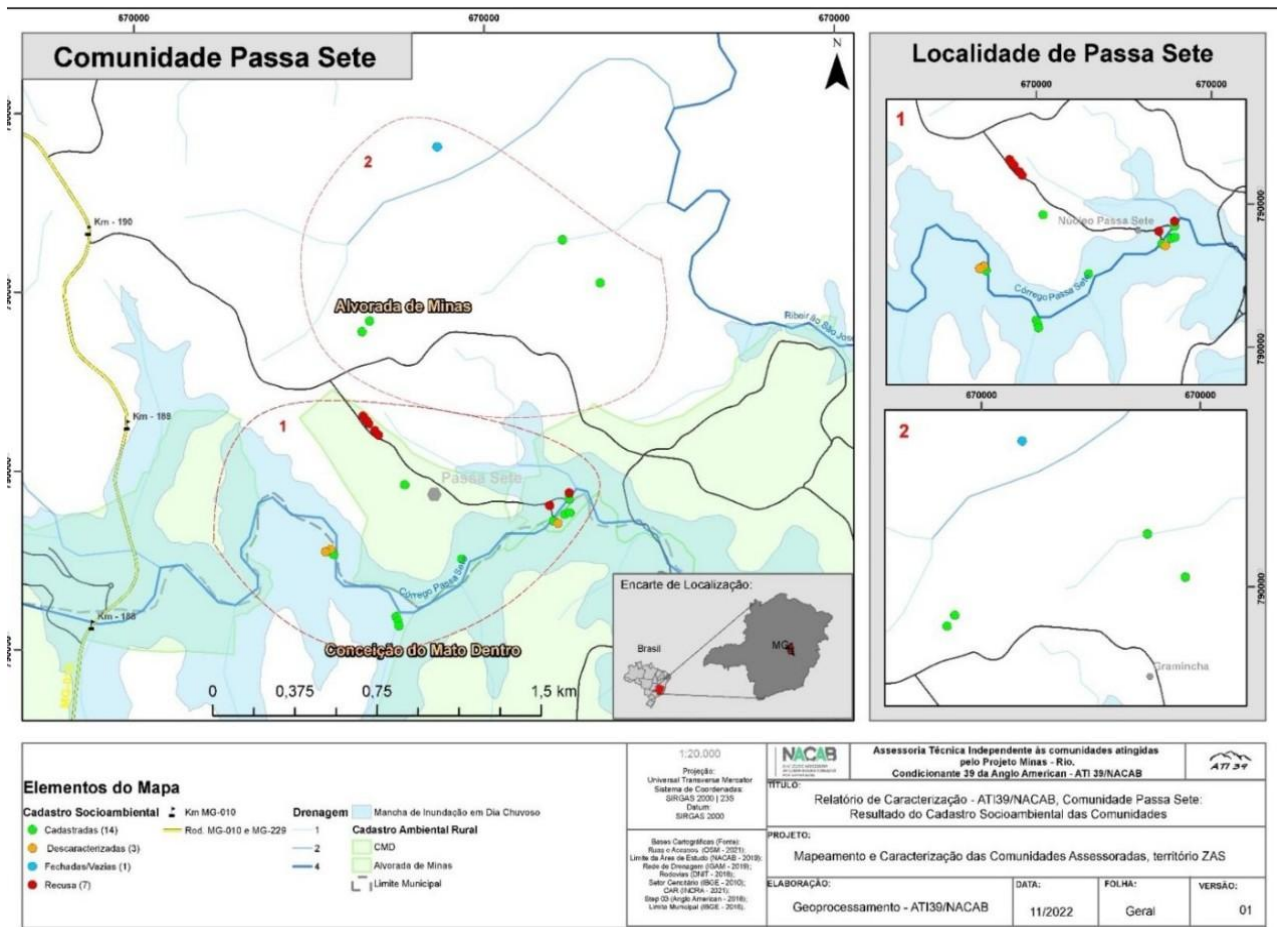
O tratamento e a análise dos dados qualitativos seguiram os princípios da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), buscando a identificação de categorias emergentes a partir dos discursos dos sujeitos, em diálogo com o referencial teórico da pesquisa.

### **3. MEMÓRIA COLETIVA DE PASSA SETE: HISTÓRIAS, MODOS DE VIDA E TRADIÇÕES EM RISCO DE DESAPARECIMENTO**

#### *3.1. Dados Sociodemográficos*

De acordo com a Cartografia Social (2024) produzida pela ATI 39/NACAB, Passa Sete está localizada na região ao leste de Conceição do Mato Dentro, próximo à rodovia MG-010, divisa com os municípios de Dom Joaquim e Alvorada de Minas. Está situada à aproximadamente 1,5 quilômetro da barragem de rejeitos da Anglo American, o que traz sentimento de medo e insegurança entre as famílias. Além disso, há outros transtornos, como o mau cheiro, a poeira, o tráfego intenso de veículos e a sensação de insegurança devido ao grande número de trabalhadores vindos de outras regiões.

Mapa 1: Comunidade de Passa Sete em relação à Mancha de Inundação



Fonte: ATI39/NACAB, 2025

Segundo dados do “Relatório de Análise da Situação Socioeconômica, Socioambiental, Sociocultural e Psicossocial das Comunidades de Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém<sup>2</sup>, localizadas no entorno do Projeto Minas-Rio (2023)” da ATI39/NACAB, a comunidade de Passa Sete considera Gramichá como parte de seu território. Deste modo, possui, de acordo com mapeamento da própria comunidade, um total de 4 núcleos familiares com total de 18 pessoas. A comunidade foi deslocada em função da empresa minerária. Dessa forma, as famílias que hoje moram na localidade resistiram a sair de seus territórios e só agora, por força de deslocamento compulsório em função da Mancha de Inundação da Barragem de

<sup>2</sup> <https://nacab.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Oficio-no-054.2023-Relatorio-Tecnico-Analise-Socioambiental-Agua-Quente-Passa-Sete-Sao-Jose-do-Jassem-Qualitativo.pdf>

Rejeitos da empresa Anglo American, serão reassentados junto às outras comunidades da ZAS – São José do Jassém, Beco e Água Quente.

**Tabela 1 – Cadastro socioambiental Passa Sete**

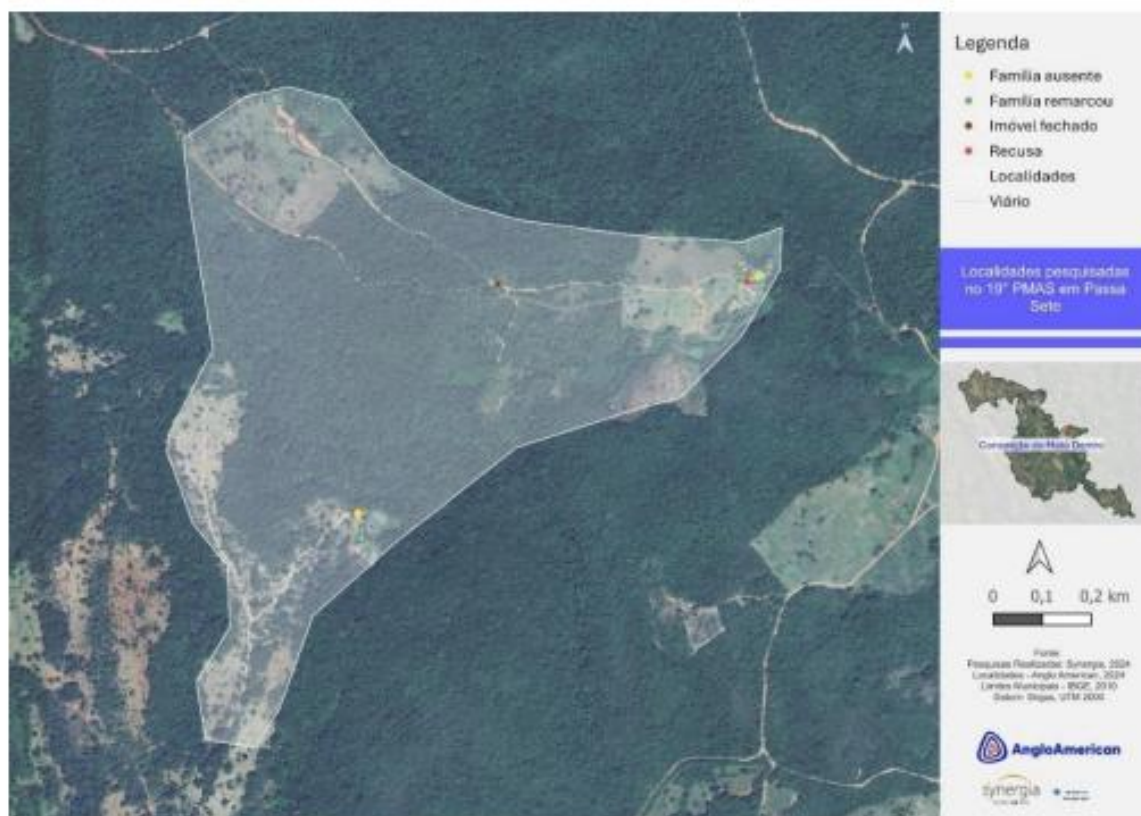
Passa Sete e suas localidades	Resultado final do Cadastro Socioambiental – Passa Sete				
	Descaracterizadas	Fechadas/ Vazias	Cadastradas	Recusas	Território
<b>Núcleo Passa Sete</b>	3	0	<b>10</b>	7	20
<b>Gramincha</b>	0	1	<b>4</b>	0	5
<b>Total</b>	3	1	<b>14</b>	7	25

Fonte: ATI39/NACAB, 2023.

Segundo o “Estudo dos Elementos de Tradicionalidade” produzido pela H&P (2018) para atendimento da Condicionante 42 da Anglo American, informam que havia cinco casas na comunidade naquele ano, com cerca de 15 moradores. Entretanto, estudos anteriores (2009) informavam a existência de 9 casas, com cerca de 41 moradores, sendo 23 homens e 18 mulheres, dentre os quais havia 23 adultos, 5 idosos, 7 crianças e 6 adolescentes, com 85% dos moradores vivendo na comunidade desde que nasceram.

Dados recentes conduzidos pela empresa Anglo American no “Programa De Monitoramento Dos Aspectos Socioeconômicos” de 2025 apontam que atualmente existem três domicílios, onde houve três recusas por parte dos moradores para atendimento da pesquisa da empresa. Segundo a empresa, essa é a área que abarca a comunidade de Passa Sete. Os dados apresentados pela H&P (2018) advertem que não existem pessoas mudando-se para a comunidade. Pelo contrário, elas desejam sair do lugar em decorrência das dificuldades em conviver com a mineração.

**Figura 1: Mapa de localização de Passa Sete.**



Fonte: Synergia, 2024.

Estes levantamentos de 2017 apontam que 73% dos moradores (88% excluídas as crianças) sabem ler e escrever (DIVERSUS, 2011). Não há escolas na comunidade, que se dedica tradicionalmente a atividades agrícolas para troca ou consumo próprio, com destaque para a produção de milho e feijão. Entretanto, os estudos apontam que atualmente, os moradores não conseguem mais plantar porque os fazendeiros cujas terras eram utilizadas para o plantio a “meia” ou a “terça” venderam suas propriedades para a empresa Anglo American, sendo transformadas em área de reserva ambiental.

A Cartografia Social (2024) aponta Passa Sete como uma comunidade predominantemente negra que historicamente permaneceu na região. Deste modo, aspectos de memória e ancestralidade, são demonstradas(os), por exemplo, pelas construções, como moinhos d’água, casas de farinha, fogões a lenha, que remetem aos traços tradicionais das famílias que também possuem como base alimentar as raízes, como a mandioca, de produção própria. A relação com a água é elementar na dinâmica social e comunitária, que mantém nascentes e cursos d’água ao longo de todo o território. O relatório da empresa H&P (2018) complementa ao elencar que a comunidade vive da produção agrícola, sobretudo hortaliças,

em pequena escala. E as famílias produzem para o autoconsumo, vendendo a produção excedente, sendo essa uma importante fonte de renda. Entre as definições utilizadas, Passa Sete é uma das “comunidades negras rurais” que compreendem, em boa medida, o território atingido pelo Projeto Minas-Rio (DIVERSUS, 2008); ou “comunidade rural tradicional” (H&P, 2019, p. 60) com “parentes que eram escravos” (H&P, 2019, p. 64).

Segundo relatório técnico supracitado da ATI39/NACAB (2023), a comunidade de Passa Sete se autodeclarou, unanimemente, como preta e parda. O relatório aponta para um perfil comunitário com importantes fatores de vulnerabilização: predominância de responsáveis familiares mulheres, muitas vezes com jornada dupla ou tripla de trabalho; de pessoas não brancas; e presença de metade da população com ensino básico incompleto, isto é, com baixa escolaridade média. Compreende-se que tais fatores, que envolvem os de tipo interseccional, devem ser considerados para fins de medidas de reparação de impactos e danos, bem como na elaboração de caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável integrado dos territórios.

As famílias que ainda residem na comunidade, segundo “Cartografia Social” (2024) plantam e cultivam para subsistência e venda do excedente nos comércios locais. Todavia, a degradação hídrica e a dificuldade de plantio dificultam a vida na comunidade. Atualmente sabe-se de produção extensiva agropecuária, produção de cachaça, produção de quitandas e queijo, sendo toda a produção via agricultura familiar. A maioria dos moradores são posseiros, residindo na região há mais de 50 anos. No entanto, as suas relações de parentesco são com as antigas famílias de Água Santa/Mumbuca e Ferrugem, antes localizadas na área em que atualmente estão a mina, a Barragem de Rejeitos e as estruturas associadas ao Projeto Minas-Rio.

### *3.2. Conflitos*

Os atuais moradores de Passa Sete, aponta H&P (2018), se encontram em situação de extrema vulnerabilidade após a instalação da mineração e da situação de conflito instaurada. A primeira delas diz respeito à mudança na fonte de sustento dos moradores, que era principalmente através do trabalho na lavoura nas terras dos fazendeiros vizinhos, tanto na região de Água Santa/Mumbuca como no retiro chamado de “Passa Sete”, através do sistema de parceria ou de troca de dias. No entanto, os fazendeiros venderam suas terras para a Anglo

American, que foram transformadas em áreas de reserva ou estão já alagadas em virtude do alteamento da barragem de rejeitos. Assim, os moradores passaram a produzir apenas para o consumo próprio nos seus quintais, sozinhos ou em regime de troca de dias entre os moradores da comunidade vizinha, Água Quente.

Um segundo ponto diz respeito à sensação de isolamento vivenciada pela comunidade em virtude das áreas de preservação na modalidade de “proteção integral”, que passaram a circundar as suas terras, de forma que os moradores são impedidos de caçar, buscar lenha, pescar ou plantar nessas terras. Além da modificação das relações de trabalho, houve o rompimento das redes de solidariedade existentes com as comunidades que foram removidas como Água Santa/Mumbuca, Água Quente, Cachoeira e a própria Passa Sete, que já foi, em parte, desapropriada. Os moradores sofrem também com as constantes explosões na mina, que causam rachaduras nas paredes das casas, a maioria construída de pau a pique (H&P, 2018).

Por fim, ainda segundo o relatório (H&P, 2018), o principal rio que atravessa a comunidade e a localidade vizinha, “Água Quente”, o córrego Passa Sete, com o qual os moradores estão estritamente ligados, foi barrado para abastecer a barragem da mineradora. Tal localização, à jusante da barragem de rejeitos em expansão, torna os moradores, primeiro, vulneráveis às variações na quantidade e qualidade da água, provocadas pela diminuição da vazão e pelo escape de rejeitos na água, como consta no relatório mencionado, além de bastante amedrontados por serem os principais atingidos caso aconteça um eventual acidente na referida barragem. A presença de uma sirene, que deve soar em caso de acidente, causou um grande impacto simbólico na comunidade, que afirma não ter recebido nenhum comunicado, consulta ou esclarecimento sobre como proceder em caso de rompimento.

Os moradores da comunidade usavam água das nascentes presentes na região, represada em lagoas, mas principalmente as águas do córrego Passa Sete e do córrego do Pereira. Segundo Cartografia Social (2024), o rio Passa Sete era utilizado para pesca, lazer, trato de animais, agricultura e consumo. Contudo, algumas nascentes deixaram de existir após a mineração. Os córregos também diminuíram bastante a vazão e a pouca água que resta frequentemente aparece suja e com extremo mal cheiro, imprópria até mesmo para o consumo dos animais.

Hoje, os moradores são dependentes do abastecimento por caminhões pipa, que enchem as caixas d’água três vezes por semana. Quando ocorre algum problema com o abastecimento pelos caminhões, a empresa fornece galões de água mineral. Tal fato causou bastante

descontentamento entre os comunitários, em virtude da grande alteração que isso causou em seu modo de vida, que tem sua existência ligada em larga medida à dinâmica das águas (H&P, 2018).

Todos os moradores entrevistados pela ATI39 foram enfáticos ao dizer que não desejam mais morar no local, visto que seu modo de vida foi profundamente alterado, e aguardam que as negociações para o reassentamento, que estão em curso com a mineradora. Eles narram que esta não foi uma escolha, mas uma imposição devido ao risco que sofrem dada a proximidade com a barragem de rejeitos. Ademais, foi apontado o quanto este processo gera uma forte angústia nas comunidades, sobretudo possuidoras de tamanho senso de pertencimento, como veremos ao longo do relatório. Há aqui um desafio, o de manutenção dos modos de vida frente a uma mudança tão severa de território.

É importante narrar que o relatório apresentado pela H&P (2018) aponta que, em virtude da situação de conflito da comunidade de Passa Sete com a empresa minerária, os moradores entrevistados se recusaram a fornecer informações a respeito das formas de interação social existentes na comunidade, tanto do passado quanto no presente, assim como sobre as dimensões de culturalidade. Os moradores justificaram a recusa informando que diversas empresas contratadas pela Anglo American ou a serviço do Ministério Público fizeram as mesmas perguntas, repetida e sistematicamente, sem que qualquer resultado fosse entregue aos moradores, ou ainda que as reclamações tivessem sido de fato encaminhadas para possíveis soluções.

Entretanto, para a equipe da ATI 39/NACAB, a comunidade se propôs a dialogar e retomar elementos históricos sobre a memória, cultura e ancestralidade do território. A partir deste ponto, serão trabalhados os aspectos apontados pelas famílias restantes no território para aprofundar e muitas vezes contrastar a partir da fala dos moradores os dados apresentados pelas empresas.

### 3.3 *História Oral e os Rastros do território*

*“(...) a natureza das plantas, das árvores, tudo faz parte de mim.”*

*(Moradora de Passa Sete).*

Em termos históricos, o nome da comunidade tem origem na construção da Estrada Real. Os moradores contam que, no ponto do rio, os tropeiros que vinham de outras cidades

atravessavam o local com apenas sete burros de carga, dando origem ao nome Passa Sete. Para que esses grupos de tropeiros atravessassem o trajeto, colocava-se uma tábua e formava-se uma pequena ponte para que eles pudessem passar. Estes moradores contam com orgulho a história ancestral de seus parentes. Eles narram que foi a partir de suas mãos que essas pontes e estradas foram construídas, assim como toda a produção da comunidade.

"A estrada de cavaleiros da Água Santa se apresenta como uma via muito importante na vida cotidiana dessas pessoas, posto que os aproxima de parentes, amigos; de equipamentos urbanos essenciais (como hospitais, farmácias); de roças e plantios (há pelo menos um mandiocal com carga e uma roça de milho e feijão a serem colhidos no interior da estrada); além de permitir que participem de ocasiões fundamentais à sua sociabilidade, como o circuito de festas religiosas e populares da região." (MPF, 2009, p.03).

Ao longo das visitas, as famílias nos mostram coqueiros e diversas árvores frutíferas em fase adulta e produtiva que foram plantadas há décadas. Inclusive pequenas mudas plantadas pelos filhos – que hoje possuem quase 30 anos – quando crianças e que hoje são árvores frondosas e produtivas. Essa, inclusive, era uma maneira de monitorar o crescimento dos filhos. A natureza do entorno, as árvores, os pássaros, a terra e principalmente a água fazem parte da composição da comunidade, como na fala da moradora: “(...) *a natureza das plantas, das árvores, tudo faz parte de mim.*”

O conceito de território que norteia este relatório é cunhado por Paul Little (2002) que propõe uma abordagem ampliada das definições de território e territorialidade, especialmente no contexto de povos e comunidades tradicionais. Para o autor, a territorialidade constitui um processo social dinâmico, no qual os grupos constroem e mantêm vínculos com o espaço, articulando dimensões materiais e simbólicas. Nessa perspectiva, o território não se reduz a uma delimitação espacial ou jurídica, mas se configura como uma totalidade que integra práticas econômicas, sistemas de conhecimento, relações sociais e cosmologias.

Em particular, Little (2002) destaca que, entre populações tradicionais, a territorialidade envolve formas específicas de apropriação e significação do espaço, vinculadas à reprodução sociocultural, à memória coletiva e à autonomia política. Assim, a luta pelo território transcende a lógica fundiária ou produtivista, assumindo o caráter de uma reivindicação por reconhecimento, autodeterminação e continuidade de modos de vida próprios.

A constituição histórica de Passa Sete enquanto território, de acordo com os moradores, é de que originalmente era terra dos indígenas que habitavam a região, em sua maioria do

tronco Macro-Jê. Eles eram chamados de “caboclos d’água” que na época não dominavam a língua portuguesa e eram “pegos no laço”, como contam os moradores. Existem relatos de muita violência física e moral para que eles fossem escravizados.

Outro relato narra que os fazendeiros trocavam pequenos objetos e alimentos por terra, o que gerou as propriedades latifundiárias da região. As bisavós contavam que havia a troca de toucinho por terra. Ela conta que “*tudo era pesado com as canecas de tomate e que era a conta de fazer um angu para ter força para trabalhar no outro dia*”. Em sua criação eram alimentados com sopa de banana, enquanto o queijo, elemento simbólico da cultura alimentar da região, era pouco acessado pela família, pois o seu valor equivalia a um dia inteiro de trabalho. Além disso, a contagem dos valores era por “libra de toucinho” alimento fundamental para garantir a força do trabalho braçal. Em determinado momento ela relata que a libra de toucinho era colocada acima do fogão de lenha, de modo que, com o calor, a gordura fosse pingando aos poucos para ser utilizada no preparo dos alimentos.

O processo de fiar algodão também aparece na memória dos moradores como prática tradicional que articulava trabalho, aprendizado e convivência. Uma das moradoras recorda:

*“Quando a gente tava aprendendo a fiar linha, a gente ia pra debaixo da árvore, sentava eu e minhas irmãs em roda, cada uma com um fuso, e minha mãe colocava um saco de algodão do lado. Ficávamos o dia inteiro. Antigamente ninguém comprava linha, todo mundo fiava. Minha bisa fiava e comprava as coisas pra casa com a linha que fiava” (Moradora de Passa Sete).*

O relato evidencia que o ato de fiar extrapolava a dimensão doméstica, pois representava a produção de um bem de uso cotidiano e um recurso de troca econômica e de fortalecimento da autonomia das famílias. Além disso, a cena descrita de mulheres reunidas em roda sob a sombra da árvore, reforça o caráter comunitário dessa prática, em que o aprendizado se dava pela oralidade e pelo exemplo intergeracional.

**Figuras 2 e 3: Registros fotográficos do processo de fiar com o fuso.**



Fonte: ATI 39/NACAB, 2025.

Outro relato produzido pela comunidade narra que:

*“Como que a gente define a identidade da gente? Minha tia que faleceu, Julita, conta que a mãe e o pai do meu avô, vieram da África, nos navios negreiros. Ela veio grávida de um dos filhos e foi assim que começou as nossas gerações. Meu avô falava muito dos escravos e do sofrimento todo. Meu filho tem 15 anos, ele ama e entende a roça, é a nossa identidade. É a vida da gente” (Moradora de Passa Sete).*

A comunidade Passa Sete começou onde hoje é a barragem, como narra uma das famílias. Lá ficavam as raízes das águas e é onde nascia o que hoje chama-se Rio Passa Sete. Após a construção da Estrada Real, a localidade onde hoje é a barragem de rejeitos ficava a Fazenda de Passa Sete, da qual o fazendeiro era do município de Dom Joaquim. Muitos

familiares trabalharam nesta fazenda. Inclusive, eles descrevem que todos são parentes, desde os Pimenta e Simões, que vinham da Água Santa/Mumbuca (ver em ANEXO II) e os Pires de Passa Sete, territórios divididos pelos rios. Muitos se casaram entre as famílias de um lado e outro do rio.

Em termos históricos, a moradora relata que seus avós contavam como a família precisava se alimentar com os restos de comida que o fazendeiro deixava em um cocho. Os relatos apontam para a violência física e a escassez de alimentos, conforme narrado pelo morador:

*“aqui não pode colocar vaca de leite para fora, no máximo um cavalo ou dois. Os fazendeiros acham ruim. No tempo do meu bisavô, o povo apanhava de chicote. Meu pai ainda pegou um pouco disso. Chamavam os trabalhadores para comer com corneta, igual chama cachorro. Ele não apanhou, mas sofreu muito. Depois as coisas foram melhorando” (Morador de Passa Sete).*

Em Mambuca, onde se iniciou a trajetória da família, eles viveram condições extremamente difíceis, “como se fossem escravos”, perdendo grande parte de suas terras em troca de alimentos. A moradora narra que a terra de Água Santa era sagrada por causa da água santa. Ali foi encontrada uma Santa e a partir do momento que essa Santa foi encontrada na nascente e ainda que fosse levada para Conceição do Mato Dentro (MG) ela ressurgia na nascente. Este é o local onde hoje se encontra a barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio, e foi dali que a comunidade de Água Santa/Mumbuca foi deslocada. Alguns desses moradores hoje residem em Passa Sete, levando consigo as lembranças da fé, das tradições e das práticas ancestrais. No processo de realocação, a Santa que era símbolo de devoção e proteção da comunidade não foi devolvida, como relata a moradora que acredita que a Santinha foi soterrada junto à comunidade: “aonde foi a fé da gente? Ela foi entupida? Ela é dos escravos, curou a doença de Lázaro e as pessoas vinham de longe para curar lá.”

Além da dimensão histórica, o cotidiano da comunidade também revela a criatividade e a resiliência ao longo dos anos. Até 2011, a comunidade vivia sem acesso à energia elétrica. Nesse tempo, a escuridão dos caminhos era vencida com tecnologias populares. Para iluminar as veredas, construíam o que chamavam de **piçoca de bambu**: um talo de bambu aberto, preenchido com algodão e óleo diesel, que servia como tocha improvisada. A piçoca não era apenas um recurso prático; era também expressão da criatividade comunitária diante da ausência de políticas públicas. A cada noite, a chama tremulante guiava passos pelas estradas de terra, iluminava pequenas reuniões familiares e permitia que atividades essenciais continuassem mesmo depois do pôr do sol.

A comunidade narra que era comum o uso da piçoca de bambu em suas festividades. Para a festa de Nossa Senhora Aparecida que ocorria em Água Santa/Mumbuca, o caminho por onde passava a procissão era iluminado e decorado com a piçoca de bambu. Os casamentos realizados à noite também contavam com essa iluminação (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2024).

Também era utilizado era o **candeeiro**, feito de lata, vidro ou barro, no qual se colocava querosene ou óleo diesel. Um pavio de algodão era mergulhado no combustível, e a chama produzida servia para iluminar os interiores das casas. Essa lembrança traz à tona a dimensão do tempo vivido sem luz, um cotidiano em que a claridade era conquistada a partir de materiais disponíveis no próprio território. A chegada da energia elétrica, apenas em 2011, transformou o ritmo da vida comunitária — mas a memória da piçoca de bambu persiste como símbolo da resistência criativa e do modo como a comunidade soube inventar caminhos.

**Figura 4: Registro fotográfico de forno para o preparo de quitandas, Passa Sete.**



Fonte: ATI 39/NACAB, 2025.

Essa mesma inventividade e capacidade de transformar o que a terra oferece se revela em outras práticas cotidianas. Nas matas do entorno os moradores retiram a lenha, além de outros recursos naturais. Pegam vassoura, taquara, madeira, pau-d'óleo, plantas medicinais,

argila e cogumelos (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2024). Esse retrato não é apenas um mapa de lugares, mas um mapa de relações: casas e roças que se ligam por estradinhas, rios atravessados por pontes ou pinguelas, encruzilhadas sob árvores que servem de marco. Cada lembrança desenhada reconstitui um modo de vida interrompido pelos processos de deslocamento e pela presença da mineradora.

As águas aparecem como fio condutor das memórias coletivas. Não apenas delimitam territórios, mas sustentam práticas de cura, de sociabilidade e de subsistência. Entre os pontos lembrados, destaca-se a nascente conhecida como “água santa”, situada acima da antiga cachoeira de Passa Sete. Ali, onde hoje resta apenas lembrança, corria uma água considerada curadora: “*era onde todo mundo sarava*”, recordam os moradores (CARTOGRAFIA SOCIAL, 2024). No local havia uma pequena imagem de santa, diante da qual pessoas buscavam alívio para doenças. A nascente, portanto, não era apenas fonte de abastecimento, mas também espaço de devoção e fé.

As cachoeiras de Passa Sete, outrora três, compunham um circuito de lazer e espiritualidade. A de Água Santa reunia moradores em busca da cura, enquanto as demais serviam como espaço de convivência, mergulho e pesca. O mapa registra essas águas não apenas como acidentes geográficos, mas como parte de uma paisagem vivida e compartilhada. Com o tempo, no entanto, algumas dessas nascentes deixaram de existir, seja pelo assoreamento, pela mudança no uso do solo ou pela poluição vinda da barragem. O rio de Passa Sete, outrora espaço de pesca e encontro, é hoje lembrado como um curso d’água comprometido: “*Hoje, só dá pra pescar no Teodoro, que é mais longe, não dá pra ir a pé.*”, lamentam. As águas, assim, sintetizam a transformação do território. Do lugar de cura, lazer e abundância, restam memórias e marcas no mapa coletivo, que fazem emergir não apenas a perda ambiental, mas também o sentimento de ruptura com modos de vida historicamente enraizados nas margens do rio e de suas nascentes.

*“A cachoeira foi dinamitada, quebraram tudo, mudaram o rio de lugar, então morreram muitos peixes. Mudaram o rio para um canto para a cachoeira secar e eles explodirem as pedras, então ela foi quebrada. Onde é o paredão da barragem era a cachoeira. Hoje temos água do Córrego do Pereira que sai de um canto e joga água aqui na comunidade, hoje não temos mais a água do Passa Sete.”* (Moradora de Passa Sete).

**Figura 5: Registro fotográfico moradores tomando banho na localidade.**



Fonte: Acervo da Comunidade/ATI39NACAB, 2025.

### 3.4 *Métodos Construtivos Tradicionais – Pau –A Pique*

Moldadas por mãos que conhecem a terra, o tempo e os saberes transmitidos de geração em geração, as comunidades da ZAS, em especial Passa Sete, mantêm uma profunda relação com a casa e tudo o que ela representa. A moradia aqui não possui apenas a função de abrigo, já que também é parte da história, identidade e cultura local. Entre as técnicas construtivas que expressam essa conexão entre território e modos de morar, destaca-se o pau a pique, um saber ancestral que revela, em sua materialidade, a relação entre a terra em que se vive e do lar que se constrói com ela.

Esse método, transmitido oralmente e, muitas vezes, praticado em mutirões comunitários, carrega consigo valores de solidariedade, reciprocidade e pertencimento. Um morador de Passa Sete relata que aprendeu a construir casas de pau a pique ainda na infância, observando o trabalho do pai. Segundo ele, era comum que cada família erguesse sua própria moradia com o apoio de vizinhos, parentes e amigos, utilizando madeira, cipó, barro e outros

materiais retirados do seu próprio território. Como lembra: “*Se alguém fosse se casar, juntava-se toda a comunidade para construir a casa. Eu trabalhava para você hoje, fazia sua casa, depois você ia lá e fazia para mim*”.

O pau a pique é um sistema construtivo baseado em tramas de madeira ou bambu entrelaçadas com cipó ou galhos, preenchidas por barro preparado com água, fibras vegetais e, por vezes, esterco animal. Esse barro, depois de aplicado, seca e endurece, formando paredes resistentes.

*“Construir em pau a pique é muito simples, você tira a madeira branca, coloca os esteios aqui (extremidades), você vai até o meio e divide. Se estiver com uma distância grande, você coloca mais um esteio no meio. Depois dos esteios, você coloca a linha (madeiras dispostas na vertical e horizontal) em cima. É como um guarda-chuva. Depois de tudo armado, você amarra os paus um no outro, em pé (vertical), com cipó. Pode ser com madeira fina do mato ou bambu. Marra em cima e embaixo (horizontal), com o cipó. A janela também, pegamos a tábuas e fazemos” (Morador de Passa Sete).*

O processo, embora aparentemente simples, exige amplo conhecimento sobre a técnica construtiva, que perpassa desde a escolha correta das madeiras - frequentemente chamadas de “madeiras brancas” -, o ponto exato da argila, a combinação da liga do barro com outros aditivos naturais, a secagem e os sucessivos rebocos que são feitos para evitar rachaduras. Como relatado pelo morador da comunidade:

*“A primeira coisa quando se pensa em construir é saber tirar as “linhas” (madeiras dispostas na vertical e horizontal). A gente tem que saber entrar na mata, saber qual madeira você pode ou não tirar de lá. No rio a gente achava muita árvore caída, e já pegava para construir a casa” (Morador de Passa Sete).*

Esse saber ultrapassa o aspecto construtivo e se reflete também sobre o conhecimento ecológico transmitido entre gerações, que envolve desde a forma de adentrar a mata até a identificação das espécies, bem como o cuidado e preservação dos recursos naturais (H&P, p. 51). Como destacado, esse aprendizado se inicia ainda na infância e é passado de geração por geração através da conversa, na escuta dos mais velhos, nos saberes e fazeres herdados culturalmente de seus antepassados.

**Figura 6: Registro fotográfico de casa construída em pau a pique, Passa Sete.**



Fonte: ATI 39/NACAB, 2025.

Após selecionadas e formada a estrutura da casa com as madeiras, inicia-se o “barramento”, etapa em que o barro ganha centralidade no processo construtivo. O material, muitas vezes é retirado do próprio terreno, ao mesmo tempo em que se nivela o espaço para a construção.

*“Antes de construir a casa você corta esse barranco e joga essa terra lá. Agora para barrar a gente pega essa terra aqui, mas ela tem que dar liga. Você mexe a terra com água e sapateia até ela dar liga. Com essa massa, você barreia as paredes todas, e deixa secar. Depois que seca, o barro vai rachar de ripa a ripa. Aí você vai pegar essa terra, mistura com esterco de boi e vai rebocar ela toda. E quando secar, se continuar rachando, você reboca novamente, até parar de rachar” (Morador de Passa Sete).*

O barramento, portanto, não é apenas o preenchimento das paredes, mas uma etapa que exige muita atenção e cuidado do construtor. A cada camada aplicada, o barro se transforma em parede viva, que respira, seca, racha e é novamente cuidada até alcançar a resistência desejada. Entrelaçada ao madeiramento, o barro, além de ter o papel de vedação da casa, também garante a firmeza da estrutura.

A técnica construtiva do pau a pique, além de ser um saber do povo, um saber vernacular, é também uma técnica afetiva (OLIVER, 1997). Cada parede da casa conta uma história, com traços daqueles que bateram o barro, de quem ergueu o esteio, de quem passou a infância ali dentro, olhando o quintal pela janela. *“Uma parte da minha casa foi construída pelo meu pai, e nas paredes, dá para ver os sinais dos dedos dele.”*

**Figura 7: Registro fotográfico casa construída em pau a pique, Passa Sete.**



Fonte: ATI/39 NACAB, 2025.

Concluída o barramento, passa-se ao acabamento, que reforça não apenas a durabilidade, mas também a estética das casas. Esse trabalho inclui pinturas naturais feitas com diferentes tipos de barro encontrados no próprio território, e até mesmo com esterco animal:

*“A tinta é tirada do brejo. Você pega o barro branco e desmancha na água. Depois mistura com goma de mandioca e passa na parede com o pincel. Temos barro de todo tipo, dá para mudar a cor, deixar amarelo... de todas as cores. A goma é para não deixar a tinta sair. (...) Na parte de dentro do chão, você vai ali no curral e pega um pouco de esterco de boi e passa no chão. Assim dá essa corzinha bonita. É misturar ela com água” (Morador de Passa Sete).*

Mais do que um simples detalhe estético, o acabamento traduz a cultura e o conhecimento da comunidade com o seu território, já que cada cor utilizada é fruto de materiais naturais conhecidos, coletados e preparados ali mesmo, em seu próprio terreno. Dessa forma, a técnica ultrapassa a dimensão funcional e construtiva e se converte em uma linguagem cultural, onde se registram valores de memória e pertencimento. Cada camada de barro e de tinta não apenas protege a moradia, mas também reitera saberes herdados, reafirmando a

continuidade entre gerações. Nesse sentido, tal prática pode ser compreendida à luz do conceito de “memória pura” formulado por Henri Bergson (1859-1941), entendido como a capacidade de reconhecer o passado em sua integralidade, incorporá-lo ao presente e projetá-lo como orientação para o futuro.

Essa dimensão da memória aparece de forma clara na fala de um morador, que evidencia a ruptura provocada pelo reassentamento:

*“Quando eu mudar, isso tudo eu vou perder. Eu não vou ter mais um mato para tirar madeira para fazer construção de nada mais. Para fazer um galinheiro vou ter que comprar a madeira. (...) Isso aqui não acaba não, tem mais de quarenta anos que fiz (paiol). Uma tábuia apodrece você troca” (Morador de Passa Sete).*

Ao contrário da ideia de precariedade comumente associada ao pau a pique, sua presença em comunidades tradicionais, como em Passa Sete, revela um conhecimento construtivo que é ajustado às condições locais e aos recursos naturais disponíveis. Trata-se de uma técnica que respeita e se conecta com a natureza, favorece o reaproveitamento de materiais, não agride o solo e nem produz rejeitos. Além de ser um saber tradicional, a casa de pau-a-pique comprova durabilidade, conforto térmico e sustentabilidade, reafirmando-se como um patrimônio material.

**Figura 8: Registro fotográfico interior de casa construída em pau a pique, Passa Sete.**



Foto: ATI 39/NACAB, 2025.

A escolha do local do barro, o ponto certo da secagem, a mistura com outras fibras, as tramas com as madeiras, tudo isso exige experiência acumulada e muito conhecimento. Nesse sentido, a prática construtiva ultrapassa a materialidade da casa e se constitui como expressão de um patrimônio imaterial, no qual se articulam temporalidades, identidades e modos de vida. Como reconhece o IPHAN, o patrimônio imaterial compreende “os saberes, ofícios e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” (IPHAN, 2000), e o pau a pique em Passa Sete inscreve-se precisamente nesse campo, pois preserva práticas que unem técnica, memória e cultura.

Essa dimensão também aparece nos “Estudos Técnicos sobre Características de Tradicionalidade de Comunidade” da H&P, que sintetiza a profundidade dos laços entre técnica e vida comunitária:

“Esse padrão de interação veio sendo estruturado ao longo do tempo por meio das diversas relações que se estabeleceram em torno do parentesco, da religiosidade, das trocas e das atividades de cunho econômico, em um sistema próprio de

relacionamento e interação que constitui e reforça os elementos de tradicionalidade das comunidades.” (H&P, p. 24).

Ao contrário da tendência contemporânea de substituir os modos de fazer tradicionais por técnicas industrializadas, Passa Sete evidencia, por meio de suas construções, a resistência e o conhecimento que preservam práticas construtivas herdadas de seus antepassados.

Essa continuidade do saber se manifesta também na cobertura das casas. Tradicionalmente, a comunidade utilizava sapê, retirado do mato, como material de proteção; mais recentemente, as famílias passaram a adotar a telha cerâmica, produzida com o barro do próprio território, mantendo a relação íntima com os recursos locais. Como relembra o morador sobre a produção das telhas:

*“Essa telha é a cumbuca. Agora põe um varão aqui em cima, e na ponta engata, ou uma junta de boi ou uma animal, num terreirão. A criação trabalha rodando, e a gente tocando. Você pega o barro no terreiro para a gente fazer, igual nessa vagem aqui. Agora você vai e enche isso aqui de barro. A criação vai rodando, esse barro vai emassando dentro e vai explodindo. A pessoa vai tirando (barro), e já vai colocando na forma da telha. Depois que seca, agora faz a caieira. Empilha ela e deixa a broca por baixo. Por baixo enche de lenha, e chega fogo e queima essa lenha embaixo. Esse trem queima a noite inteira. Depois que esfria, aí empilha ela direitinho” (Morador de Passa Sete).*

Esse relato evidencia não apenas a técnica detalhada da produção da telha, mas também a transmissão do conhecimento coletivo e a articulação entre trabalho humano e natureza. A substituição do sapê pela telha cerâmica não representa apenas uma mudança material, mas a adaptação do saber tradicional às novas condições, sem romper com a memória, identidade e o vínculo com o território.

### 3.5 Sociabilidade, Parentesco e Religiosidades

#### 3.5.1 Festas e Sociabilidades

Segundo a Cartografia Social (2024) antigamente, as comunidades de Passa Sete, Água Quente e Água Santa/Mumbuca se reuniam para realização de encontros bíblicos, novenas de Natal e tradições da Semana Santa etc. Após o esvaziamento, essas atividades se extinguíram. Por exemplo, onde hoje se localiza a barragem de rejeito, ocorriam encontros evangélicos, leilões e novenas na época do Natal, que passavam de casa em casa. A dimensão religiosa

emerge no mapa e nas memórias como elemento central da vida coletiva. O calendário festivo, marcado por procissões, rezas e novenas, entrelaçava fé e sociabilidade, fortalecendo os vínculos entre vizinhos e famílias. Pode-se notar a circularidade entre as comunidades vizinhas e essa dimensão da fé dividida coletivamente entre elas.

As famílias de Passa Sete citam a frequência na Comunidade do Beco onde duas festas se destacavam: a Festa do Cruzeiro, em setembro, e a de Nossa Senhora Aparecida, em maio. Também ali ocorriam missas mensais e, a cada domingo, a reza do terço reunia famílias em um exercício de fé partilhada. Na Comunidade de São José do Arrudas, no mês de maio, celebrava-se Maria e São José; já em outubro, novamente Nossa Senhora Aparecida. Esses festejos não eram apenas religiosos, mas também ocasiões de encontro, circulação de comidas, músicas e histórias.

Nas comunidades de Passa Sete, Água Quente e Água Santa/Mumbuca, as práticas se multiplicavam em encontros bíblicos, novenas de Natal e celebrações da Semana Santa. As novenas, em especial, percorriam as casas: cada família recebia e transmitia adiante a chama da reza, criando uma rede itinerante de fé. No local onde hoje se ergue a barragem, havia espaço também para os encontros evangélicos, mostrando como a pluralidade religiosa coexistia no território. Na época do Natal, organizavam-se leilões comunitários, momentos de partilha em que se angariavam recursos, mas também se fortalecia o espírito coletivo.

Com as transformações no território e a ruptura provocada pela barragem, muitos desses rituais foram interrompidos. A memória da festa, da reza e da novena — que fazia circular pessoas, símbolos e afetos — permanece viva no discurso dos moradores, revelando para além de uma prática religiosa, um modo de estar junto, de produzir pertencimento e continuidade.

### 3.5.2 *Parentescos*

*“Queria ter aprendido com minha avó a ser parteira, mas não consegui. Em Água Santa, todas as crianças foram colhidas por ela.” (Neta de Dona Amélia).*

**Figura 9: Registro fotográfico quadro com imagem de Amélia, moradora de Água Santa.**



Fonte: ATI 39/ NACAB, 2025.

Amélia, com quase 100 anos, a última a sair de Água Santa/Mumbuca, em 2010. Aos 103 anos, já reassentada em Gondó, Amélia faleceu. *“Minha avó, mesmo já fraquinha devido à idade, não gostava que ninguém lavasse suas roupas. Ela esfregava com os pés na lapa. Como a Anglo American já tinha iniciado as obras da barragem, de vez em quando, a água aparecia suja”*, contou uma de suas netas.

Os moradores relatam que a localidade conhecida atualmente como Passa Sete é habitada pelos antepassados dos atuais moradores há, pelos menos, três gerações: Seu João Rodrigues e dona Maria da Consolação. Relatam ter “parentes que eram escravos” (H&P, 2018, p.116). Os atuais moradores trabalharam por toda sua vida em regime de parceria, através da “meia” e da “terça”, na antiga Fazenda Passa Sete, ou Retiro Passa Sete, que ficava na região de Água Santa/Mumbuca, área onde atualmente se encontra a barragem e em outras fazendas próximas às comunidades de Cachoeira e Água Quente.

A comunidade de Passa Sete possuía uma forte ligação com Água Santa/Mumbuca. Segundo os moradores, o que a diferenciava territorialmente era apenas a passagem dos rios, que funcionavam como linha divisória natural, mas não como barreira social. Em termos de relações cotidianas, não havia separação: circulavam laços de parentesco, trabalho, cuidados, sociabilidade e vivências compartilhadas.

As conexões familiares entre Passa Sete e Água Santa/Mumbuca são parte essencial da memória coletiva e da organização social da região. Antes da remoção de Água Santa/Mumbuca para a construção da barragem de rejeitos da Anglo American, era habitual aos moradores de Passa Sete participarem das festas religiosas, recorrerem às benzedeiras e parteiras de lá e se unirem aos parentes para o trabalho agrícola, com trocas de dia de serviço e roças à meia. Esse trânsito constante fortalecia uma rede de solidariedade que sustentava os modos de vida tradicionais. A ruptura provocada pela mineração desarticulou essas práticas, trazendo dificuldades para a manutenção dos modos de vida dos moradores de Passa Sete.

Em 2024, a ATI 39 NACAB conduziu um estudo sobre desintegração social na comunidade de Taporôco, com foco especial nas famílias que têm origem em Água Santa/Mumbuca. O trabalho foi realizado diretamente com as pessoas da comunidade de Taporôco que viviam ou tinham vínculos familiares com Água Santa/Mumbuca, por meio de rodas de conversa e entrevistas, além do Diagrama Familiar, que traz o levantamento genealógico das famílias Simões e Pimenta, construído coletivamente com os moradores (NACAB, 2024).

O estudo apontou que a extinção de Água Santa/Mumbuca, promovida pela instalação da barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio, rompeu redes de apoio mútuo, dispersou famílias e impôs deslocamentos que fragilizaram os vínculos sociais em Taporôco. O reassentamento trouxe consigo dificuldades econômicas, danos ambientais constantes e o enfraquecimento da coesão comunitária (NACAB, 2024).

Além disso, este estudo confirma e demonstra a profundidade histórica da conexão entre Água Santa/Mumbuca e as comunidades de seu entorno, além de evidenciar que a grande maioria dos moradores atuais destas comunidades descendem diretamente de famílias que habitaram Água Santa/Mumbuca, com raízes fincadas desde o período da escravidão. O Ministério Público Federal (2009) registra que

Os Pimenta constituem uma parentela antiga em Conceição do Mato Dentro, de pelo menos quatro gerações, cuja origem remonta à escrava – ou filha de escravos -

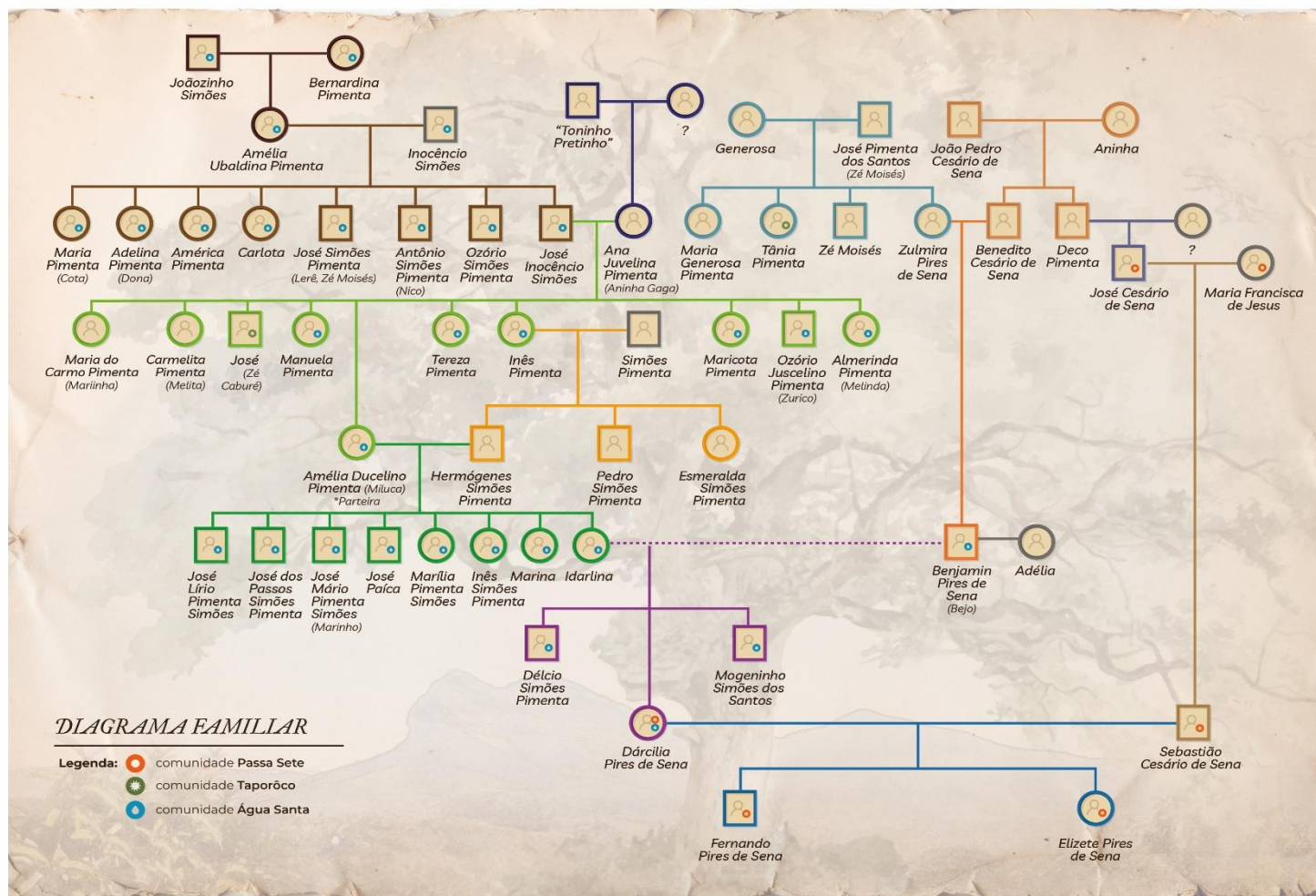
Bernardina Pimenta, que trabalhava para a família Simões, grande proprietária de terras e escravos. Bernardina teve uma filha natural, Amélia Ubaldina Pimenta, sendo sabido, apesar da ausência do registro paterno, ser ela filha de um dos descendentes dos Simões. [...] Os Pimenta trazem no nome da família a marca de sua afrodescendência: ele refletiria características físicas de Bernardina, negra, cujo cabelo era “ruim como pimenta (MPF, 2009, p.03-04).

Na conformação dos núcleos familiares que residem atualmente em Passa Sete, nota-se extensões familiares que emergem de uma raiz presente em Água Santa/Mumbuca, como exemplificado pelo núcleo familiar de Darcília Pires de Sena e seu esposo Sebastião Cesário de Sena, em que ambos descendem diretamente de antigas famílias que habitavam na comunidade, o que reafirma a continuidade histórica e a ancestralidade compartilhada entre as comunidades.

Há um entendimento consciente por parte dos moradores de Passa Sete sobre o forte elo entre as comunidades, expresso em falas que sintetizam essa unidade: *“todos nós somos ramos de Água Santa”*; *“Água Santa, Passa Sete e Beco, é uma família só! O território só muda o nome, mas é uma coisa só. É como se fossem bairros de uma cidade. Todo tem vínculos”*. Essas declarações revelam a percepção afetiva dos moradores e a consciência histórica de que suas trajetórias individuais e coletivas sempre estiveram imbricadas.

Os moradores têm sentido de forma bastante expressiva as mudanças na paisagem do entorno, com extinção de grande parte das fazendas, transformadas em áreas de reserva e a construção da barragem. O rio, que servia para atividades de lazer e produção, também é fator predominante na organização simbólica da comunidade, que utiliza a dinâmica das águas, a partir de referenciais como “acima” e “abaixo”, como forma de se situarem no território. Assim, a barragem de rejeitos é referenciada como algo que está “acima” dos moradores, o que os deixa constantemente em estado de alerta sobre o risco. As famílias possuem parentesco com as comunidades de Água Quente, de Itapanhoacanga, Água Santa/Mumbuca e Cachoeira, sendo estas três últimas já removidas. Estes dados são demonstrados no estudo de parentesco (Diagrama Familiar) a seguir:

Figura 10 – Diagrama Familiar Mumbuca/ Passa Sete



Fonte: ATI39/NACAB, 2025.

Rua Capitão Miguel Safe, 180 CS, Bairro Santana – Conceição do Mato Dentro – MG - CEP: 35860-000

Rua Principal s/n – São Sebastião do Bom Sucesso – Conceição do mato Dentro – MG - CEP: 35860-000

A territorialidade, no contexto das comunidades tradicionais, não se limita a uma dimensão física definida por fronteiras oficiais ou mapas geográficos. Ela deve ser entendida como construção social, atravessada por práticas, memórias e identidades compartilhadas. Como observa Almeida (2008), o território, para as comunidades tradicionais, deve ser entendido como uma construção social, marcada pela história de ocupação, pelas relações de parentesco e pelo uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, trata-se de um espaço vívido, carregado de significados, no qual pertencimento e experiência cotidiana se entrelaçam. Em Passa Sete e Água Santa/Mumbuca, essa territorialidade se manifesta na continuidade das famílias, na circulação entre comunidades vizinhas, no uso coletivo das áreas de cultivo e moradia, nas rezas, festas, práticas de cura e encontros familiares. Pensar o território, portanto, é pensar os vínculos que unem as famílias e dão forma à identidade coletiva, muito além do que poderia ser registrado em um marco cartográfico.

Essa dinâmica de parentesco e de vivências cotidianas organizava a vida social, orientava as práticas produtivas e fundamentava o sentido de pertencimento ao território. Como observa o Ministério Público Federal (2009),

[...] estas se constituem como comunidades de parentesco, territorialmente organizadas em terras familiares que se entretcem à medida mesma em que se articulam as próprias redes familiares. Nessas comunidades, as relações de parentesco constituem um importante mediador do acesso à terra: esta é, sobretudo, uma terra de herança, sendo a herança, própria e/ou do cônjuge, a via mais frequente de aquisição de terra. Os membros dessas famílias extensas ou ampliadas - conjunto de famílias nucleares descendentes de um mesmo ancestral, estabelecido na região, via de regra, há várias gerações passadas -, passam a constituir parentes e donos em comum das terras de herança, mantidas indivisas, ou “no bolo”, por gerações. (MPF, 2009, p.26, 27).

Nesse contexto, o parentesco, para além de ser uma referência genealógica, constitui também a própria base da organização social e produtiva. A noção de “terra no bolo” traduz um regime agrário coletivo, no qual as famílias, mesmo em diferentes núcleos domésticos, reconhecem o direito comum de uso e herança. Trata-se de um arranjo que vai além da dimensão econômica: nele, a terra atua como mediadora de direitos, transmissora de saberes e elemento de coesão comunitária. Essa forma de apropriação revela uma adaptação cuidadosa ao ambiente, marcada por práticas de subsistência sustentáveis e por normas acordadas

coletivamente, o que fortalece o vínculo entre os moradores e o território. (RIBEIRO *et al.*, 2005, p. 80)

Esse elo histórico e cultural se expressa de maneira intensa na memória dos moradores. Uma moradora de Passa Sete e neta de Dona Amélia Dulcelina Pimenta, relembra: “*queria ter aprendido com a minha avó a ser parteira, mas não consegui. Em Água Santa todas as crianças foram colhidas pela minha avó*”. Essa lembrança demonstra como a transmissão de saberes estava profundamente enraizada na experiência cotidiana e como a perda do território representou também a interrupção de processos de aprendizagem tradicionais. Outros moradores partilham do mesmo entendimento, reafirmando que suas raízes, práticas e modos de vida permanecem atrelados à memória de Água Santa/Mumbuca, mesmo após a remoção.

Assim, tanto a documentação oficial quanto os relatos orais convergem ao mostrar que Passa Sete e Água Santa/Mumbuca sempre fizeram parte de um mesmo tecido social. As famílias, suas histórias e seus territórios estiveram entrelaçados ao longo de gerações, conformando uma unidade de pertencimento.

### 3.5.3 *Rezas e benzimento*

A técnica das rezas foi aprendida pelos avós da entrevistada, mas as bisavós maternas e paternas eram rezadoras. Ela inclui que suas ancestrais eram parteiras e “*nunca morreu nenhuma criança com ela que trabalhou até os 80 anos como parteira.*” O próprio fogão a lenha é nomeado como um destes elementos que além da produção do alimento, produção de sabão, roupas íntimas com folha de bananeira, entre outras, a cinza que produz o benzimento. Este espaço de sociabilidade onde a família se reúne ao seu redor é também o principal elemento de religiosidade onde o benzimento acontece.

Segundo ela, o benzimento acontecia a partir do que ela ouvia a avó rezar, que rezava auto para que ela aprendesse. Outras ela aprendeu mesmo sem que a avó rezasse alto para ensinar. Era uma técnica oral de aprendizagem que passou pelas três gerações. Todos aprendidos assim de forma oral e decoradas. Os filhos hoje ainda não aprenderam, mas a mãe diz que tem muita vontade de repassar para eles. Ela conta que seu interesse começou com 16 ou 17 anos e que se tivesse tido mais interesse antes teria aprendido as rezas de parteiras, que por exemplo fazia o bebê ficar na posição certa para nascer.

**Figura 11: Registro fotográfico escrita religiosa em parede de residência na comunidade.**



Fonte: ATI 39/NACAB, 2025.

Outro conhecimento que ela narra em torno do fogão é o ‘riscadinho de cinza’. Nele podem ser curadas doenças como derrame. Seu ritual se dá a partir das cinzas do fogão a lenha que são colocadas na caneca cheia de água. Quando a cinza assenta, a pessoa enferma toma. Segundo a moradora, em emergências era o que salvava. Uma das moradoras da comunidade conta que *“abaixo de Deus, esse riscado de cinza salvou minha família, meu pai teve dois AVC, minha mãe também teve e eles não tiveram sequelas visíveis, ninguém percebe que tiveram AVC. Em primeiro lugar a fé em deus, depois as ervas, os ensinamentos e a educação.”*

A matriarca da comunidade conta dos chás que ela aprendeu a trabalhar, especialmente de folhas. Esse conhecimento vem da oralidade e observação da avó que fazia os chás. Desde para tudo, peixinho, losna, hortelã etc. Os antigos não tinham acesso a farmácia, toda a cura para doenças vinha do mato. Para cortar o vento, o raminho é colocado na porta da casa. E o raminho pode também ser benzido e a partir daí sua queima impede que a tempestade chegue na casa.

Ela também ensinou como tirar o “sol da cabeça”: *“Coloca um paninho branco na cabeça, uma garrafinha transparente em cima. Se tem sol na cabeça, sobem bolhinhas. Se não tem, não sobe. Quando a dor de cabeça é no nascer ou no pôr do sol, pode saber que é dor do sol.”* Seu marido compartilhou outro ensinamento para tratar dores de cabeça: *“Coloca três ou nove folhas — tem que ser número ímpar — na cabeça, debaixo do chapéu, ou amarra um pano. Pode ser folha de assa-peixe, café ou erva-santa. A folha vai murchando e puxando a dor de cabeça.”*

Outro costume recordado pela comunidade foi o Domingo de Ramos onde *“a gente pegava ramos diferentes, fazia um buquê, deixava secar e guardava. Quando vinha tempestade, colocava os raminhos atrás da porta e a tempestade passava.”*

Já em relação a tempestade: *“queima nove sementes de algodão na brasa para cortar o vento e a tempestade.”* A matriarca também lembrou que, antigamente, compravam velas para benzer e acender em momentos de temporal.

Em seguida, o patriarca da comunidade afirma, enquanto segura uma folha de assa-peixe: *“com essa folha aqui, eu curo uma criação no campo!”* Ele explicou como curar bicheira em animais: *“Vai até o rastro da criação, faz uma cruz com folhas, coloca uma pedrinha em cima das folhas no rastro com a intenção de curar. Quando a folha seca, a bicheira seca também. com três dias, o animal está curado. Pode ser com qualquer folha comprida.”*

### 3.5.4 Benção da carne quebrada

*“Nossa Senhora costura por dentro e eu costuro por fora,  
Carne quebrada, osso trincado, nervo estourado, veia estourada,  
(nome da pessoa) fica costurado (a) pelos três da Santíssima Trindade,  
porque esse poder eu não tenho,  
em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém!” (3x)*

**Figura 12: Registro fotográfico da costura por fora, Benção da carne quebrada.**



Fonte: ATI 39/NACAB, 2025.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Passa Sete, atualmente em processo de reassentamento por estarem a jusante da barragem de rejeitos do projeto Minas-Rio da empresa Anglo American, guarda fortes traços de ancestralidade e tradição que a conectam tanto ao território de origem, em Água Santa/Mumbuca, quanto ao território atual, no Passa Sete. Trata-se de famílias que, outrora separadas pelo Rio Passa Sete, construíram suas trajetórias por meio do matrimônio, do cultivo da terra e do uso sustentável dos recursos naturais disponíveis. Da madeira colhida na mata ao barro misturado às águas das nascentes, passando pelo plantio de roças e pelo cuidado com os animais, os moradores estruturaram modos de vida enraizados no território, transmitindo práticas, memórias e saberes de geração em geração.

Do ponto de vista antropológico e historiográfico, observa-se que as tradições mantidas pela comunidade — como as rezas, os benzimentos, a culinária no fogão a lenha, as técnicas construtivas em pau a pique e as formas coletivas de cultivo — constituem patrimônio material e imaterial de alta relevância<sup>3</sup>. Tais práticas configuram o cotidiano local e expressam uma memória coletiva vinculada a descendentes de trabalhadores negros, muitos deles escravizados, que transformaram o território em espaço de resistência e produção.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de que tais elementos sejam **documentados, preservados e incorporados em dossiês de salvaguarda cultural**, a fim de garantir a continuidade e a visibilidade de modos de vida tradicionais diante das rupturas relacionadas à presença e atuação da mineração nas comunidades atingidas. A Assessoria Técnica Independente NACAB (ATI 39) atesta, assim, seu papel de acompanhar e assessorar as famílias, reafirmando a importância do registro e da valorização da memória. Trata-se de assegurar que, mesmo diante do deslocamento em função do reassentamento, os saberes, práticas e vínculos que conformam a identidade de Passa Sete não sejam apagados, mas reconhecidos como parte do patrimônio histórico e cultural coletivo.

---

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. IPHAN. Livro dos Saberes. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-dos-saberes/>. Acesso em: 27 ago. 2025

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-MinasGerais-atualizadaem04062021.pdf>> Acesso em: 05 de junho de 2025.

DIVERSUS - Meio Ambiente, Patrimônio e Articulação, “Comunidades Negras Rurais em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais, Brasil - Caracterização Geral”, Belo Horizonte, 2008.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HERKENHOFF&PRATES. “Relatório Complementar de Comunidades e Aglomerados Rurais” Estudos Técnicos sobre Características de Tradicionalidade de Comunidades. Anexo 2. Outubro, 2018.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Informação Técnica No. 03/2009**. Comunidades tradicionais afetadas pela Anglo Ferrous do Brasil ao longo da Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro. Brasília: Ministério Público Federal, 2009. Para: Procuradoria da República em Minas Gerais. Ref: PA. no. 1.22.000.000183/2007-25.

NÚCLEO DE ASSESSORIA AS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGEM – NACAB. OFÍCIO 179/2024/ATI 39/NACAB. Nota Técnica nº 07.2024 Desintegração Social em Taporôco – Impactos/Danos do Projeto Minas-Rio. Conceição do Mato Dentro, 23 de dezembro de 2024.

NÚCLEO DE ASSESSORIA AS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGEM –

NACAB. OFÍCIO 085/2024/ATI 39/NACAB. Relatório final da Cartografia Social aplicada nas comunidades inseridas na Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem de Rejeitos do Projeto Minas- Rio: Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém e Beco. Conceição do Mato Dentro, junho de 2024.

NÚCLEO DE ASSESSORIA AS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGEM – NACAB. OFÍCIO 054/2022 /ATI 39/NACAB. Relatório de análise da situação socioeconômica, socioambiental, sociocultural e psicossocial das comunidades de Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém, localizadas no entorno do projeto Minas-Rio. Conceição do Mato Dentro, abril de 2023.

OLIVER, P. Enciclopédia da Arquitetura Vernacular do Mundo. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 3 v.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. de P.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 77, 2005. DOI: 10.22296/2317-1529.2005v7n2p77. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/146>. Acesso em: 10 set. 2025.

## ANEXO I – Questionário Semiestruturado

### Questões norteadoras para construção de Relato Histórico da Comunidade de Passa Sete

#### 1. Formação da Comunidade

- Como e quando a comunidade começou a se formar?
- Quem foram os primeiros moradores da comunidade?
- Há alguma história sobre a origem do nome da comunidade?
- De onde vieram os antigos que formaram essa comunidade?

#### 2. Troncos Familiares

- Quais são os principais troncos familiares que compõem a comunidade?
- Vocês conseguem identificar quais famílias estão aqui há mais tempo?
- Há relações de parentesco entre as famílias?

#### 3. Cultura e Tradições

- Quais manifestações culturais são praticadas na comunidade? (ex.: rezas, danças, comidas típicas)
- Existem tradições que são passadas de geração em geração? Quais?
- Vocês comemoram datas importantes específicas da comunidade?

#### 4. Religiosidade

- Quais são as crenças ou religiões presentes na comunidade?
- Existem espaços sagrados (terreiros ou igrejas) importantes para a identidade da comunidade?
- Como a espiritualidade se relaciona com o dia a dia da comunidade?

#### 5. Atividades Produtivas

- Como era o modo de vida dos mais antigos? Que formas de organização eles tinham?
- Como os antigos viviam e se sustentavam antigamente? (Ex.: lavoura, pesca, criação de animais, artesanato)
- Essas formas de trabalho foram ensinadas de geração em geração? Quais resistem até hoje?
- Hoje, quais são as principais atividades econômicas da comunidade?

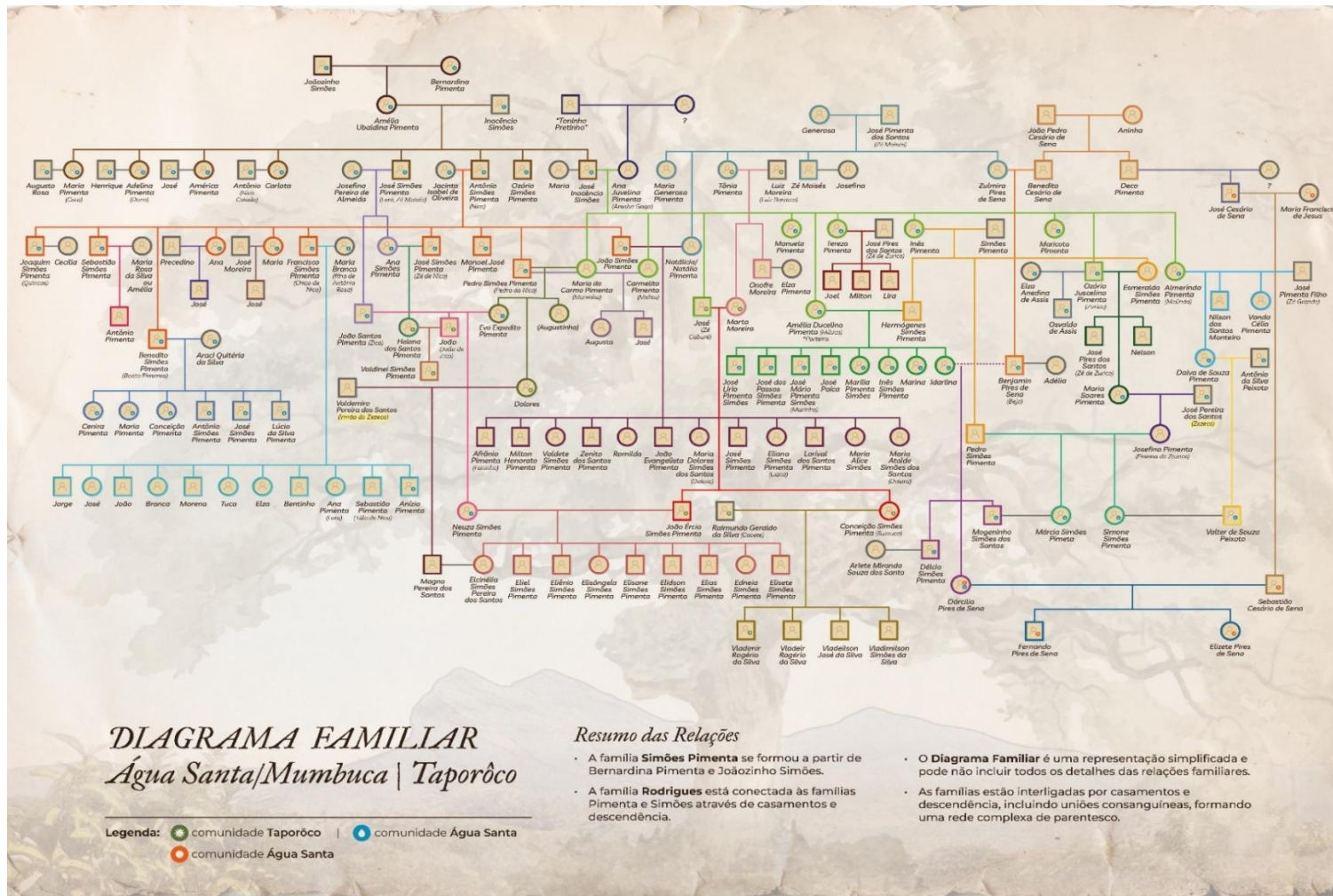
## **6. Festejos e Convivência Comunitária**

- Quais festas ou celebrações são realizadas na comunidade? (ou em comunidades vizinhas que a comunidade participa)
- Como essas festas foram se transformando ao longo do tempo?
- Há alguma história marcante associada a um festejo tradicional?

## **7. Memória**

- Os mais velhos costumavam contar histórias sobre os mais antigos da comunidade? Que tipo de histórias eles contavam?
- Como a comunidade vive hoje? O que mudou em relação ao passado?
- Existem dificuldades ou ameaças que a comunidade enfrenta hoje?
- Quais tradições ainda são mantidas atualmente? Alguma foi perdida com o tempo?
- Mesmo com o reassentamento, o que vocês sentem que deve ser preservado como parte da história da comunidade?

## ANEXO II – Diagrama Familiar Água Santa/Mumbuca | Taporôco



Rua Capitão Miguel Safe, 180 CS, Bairro Santana – Conceição do Mato Dentro – MG - CEP: 35860-000

Rua Principal s/n – São Sebastião do Bom Sucesso – Conceição do mato Dentro – MG - CEP: 35860-000

Assessoria  
Técnica  
Independente  
ATI 39

**NACAB**  
NÚCLEO DE ACESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS